

# **HOSPITAL UNIMED CRICIÚMA**

## **Regimento Interno da Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn)**

### **CAPÍTULO I**

#### **Da natureza e das finalidades**

**Art. 1º** - A Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn) do(a) Hospital Unimed Criciúma, foi criada por decisão da Assembléia Geral da Categoria, realizada em 12/04/2011, atendendo a determinação da Decisão COREN-SC nº 002/2006, aprovada pela Plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN-SC), em sua 417 Reunião Ordinária, de 25 de janeiro de 2006 e homologada pela Decisão COFEN 014, de 21 de fevereiro de 2006.

**Art. 2º** - A CEEn é um órgão representativo do COREN-SC nas questões éticas dos profissionais da Enfermagem.

**Art. 3º** - A atuação da CEEn limita-se ao exercício ético-legal dos profissionais da Enfermagem nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

**Parágrafo único:** A CEEn tem como finalidades: a orientação, a conscientização, o assessoramento, a emissão de pareceres e a averiguação de fatos relacionados ao exercício ético-profissional da categoria.

**Art. 4º** - A CEEn reger-se-á por este regimento, devidamente aprovado em assembléia da categoria e homologado pela Plenária do COREN-SC.

### **CAPÍTULO II**

#### **Dos objetivos**

**Art. 5º** - A CEEn tem os seguintes objetivos:

**I** – Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.

**II** - Promover e/ou participar de atividades que visem a interpretação do Código de Ética e a sensibilização dos profissionais de Enfermagem em relação ao comportamento ético-profissional.

**III** – Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais ligadas à ética.

**IV** – Assessorar e orientar a Gerência de Enfermagem, membros da equipe, clientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações decorrentes de atitudes não éticas.

**V** – Verificar as condições oferecidas pela entidade para o desempenho profissional da categoria.

**VI** – Averiguar denúncias ou fatos não éticos, fazendo os devidos encaminhamentos.

**VII** – Apreciar e emitir parecer sobre questões ético-profissionais em projetos de ensino e pesquisa em Enfermagem.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da organização e composição**

**Art. 6º** - A CEEn atende os profissionais da Enfermagem de todas as áreas de trabalho da entidade, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão.

**Parágrafo único:** A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem ou assemelhados, devidamente autorizados pelo COREN-SC e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

**Art. 7º** - A CEEn é constituída por Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, em igual número, observando os seguintes critérios:

**I** – Ter, no mínimo, 1 (um) ano de efetivo exercício profissional.

**II** – Ter, no mínimo, 1 (um) ano de vínculo empregatício com a entidade.

**III –** Estar em pleno gozo dos direitos profissionais.

**IV –** Inexistir condenação em processo ético, processo disciplinar, processo civil ou processo penal nos últimos 5 (cinco) anos.

**Art. 8º** - A CEEEn será constituída por 2 (dois) Enfermeiros e 1 (um) Técnico em Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis profissionais com vínculo empregatício.

**Parágrafo único:** A Comissão deverá ser coordenada e secretariada pelo profissional Enfermeiro, ou, a função de coordenação e de secretário é de competência do Profissional Enfermeiro.

**Art. 9º** - É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a de Gerência do Órgão de Enfermagem.

**Art. 10** – O mandato dos integrantes da CEEEn é, no mínimo, de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua re-eleição por igual período.

**Parágrafo primeiro:** A cada eleição poderão permanecer 50% (cinquenta) dos membros.

**Parágrafo segundo:** Os 50% (cinquenta) dos membros que optarem por permanecer na Comissão não concorrerão às eleições.

**Art. 11** – O afastamento dos integrantes da CEEEn poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

**Parágrafo único:** Independente do tipo de afastamento, a Coordenação da CEEEn comunicará o fato à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

**Art. 12** – Entende-se por **término de mandato**, quando os integrantes da Comissão concluírem os 2 (dois) anos de gestão.

**Art. 13** – Entende-se por **afastamento temporário** quando o integrante da Comissão afastar-se por tempo determinado, no máximo, por um período de 4 (quatro) meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético.

**Parágrafo único:** A solicitação do **afastamento temporário** deverá ser encaminhada à Coordenação da CEEEn, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

**Art. 14** – Entende-se por **desistência** a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da Comissão.

**Parágrafo único:** A **desistência** deverá ser comunicada, por escrito, à Coordenação da CEEEn, com antecedência de 30 (trinta) dias.

**Art. 15** – Entende-se por **destituição** o afastamento definitivo do integrante da CEEEn, que se dará por decisão da Comissão, tomada em Reunião Ordinária, constando o fato em ata.

**Parágrafo primeiro:** A destituição ocorrerá nos seguintes casos:

- a) Ausência, não justificada, em 4 (quatro) reuniões consecutivas.
- b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais.
- c) Ter sido condenado em processo ético, civil ou penal.

**Parágrafo segundo:** A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEEEn.

**Art. 16** – A substituição dos integrantes da CEEEn se processará da seguinte maneira:

**I** - A vacância por **término de mandato**, atenderá os critérios estabelecidos no art. 7º deste regimento.

**II** - Na vacância por **afastamento temporário**, a substituição será feita pelo respectivo suplente, sendo indicado um suplente em caráter temporário, se o afastamento ultrapassar a 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único:** A vaga de suplente em caráter temporário será preenchida:

- a) pelo próximo candidato mais votado nas últimas eleições; e se não houver,
- b) por escolha dos membros da CEEEn.

**III** – Na vacância por **desistência** ou por **destituição**, a substituição será feita pelo seu respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o candidato mais votado do respectivo nível profissional para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.

**Parágrafo único:** Não havendo suplente eleito, será realizada nova eleição.

**Art. 17** – A CEEEn elegerá, entre seus membros efetivos, um Coordenador e um Secretário, que terão mandato de 02 (dois) anos, podendo serem reconduzidos.

**Parágrafo único:** A Comissão poderá ser coordenada por qualquer um dos membros efetivos.

**Art. 18** – A CEEEn reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo Coordenador, ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes, ou pelo COREN-SC.

**Parágrafo primeiro:** Na ausência do Secretário, será escolhido “ad hoc” um substituto para secretariar.

**Parágrafo segundo:** Serão lavradas atas de todas as reuniões da Comissão, constando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem feitos.

**Parágrafo terceiro:** O quorum mínimo para as reuniões, verificado até 15 (quinze) minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

**Parágrafo quarto:** Na ausência de quorum, a reunião será suspensa, sendo feita nova convocação.

**Art. 19** – As decisões da CEEEn serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.

**Parágrafo primeiro:** Os membros efetivos terão direito a voz e voto.

**Parágrafo segundo:** Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo um membro efetivo, terão direito a voto.

**Parágrafo terceiro:** É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do processo eleitoral**

**Art. 20** – A convocação da eleição será realizada pela Gerência do Órgão de Enfermagem, em edital interno, no mínimo, com 30 (trinta) dias antes da data da realização do pleito eleitoral.

**Parágrafo único:** A Gerência do Órgão de Enfermagem deverá encaminhar cópia do edital de convocação da eleição, ao COREN-SC, no mesmo dia em que for publicado na entidade, juntamente com a relação dos Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem com vínculo empregatício na entidade, **acompanhados de seus respectivos números de inscrição no COREN-SC.**

**Art. 21** – A Gerência do Órgão de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral para conduzir todos os trabalhos de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.

**Parágrafo primeiro:** É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.

**Parágrafo segundo:** A Comissão Eleitoral elegerá um Presidente e um Secretário entre os seus membros.

**Art. 22** – O material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos eleitorais será solicitado pela Comissão Eleitoral à Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade.

**Art. 23** – A escolha dos membros da CEEEn será feita através de eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos pelos seus pares por voto facultativo.

**Art. 24** – Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no COREN-SC e com vínculo empregatício com a entidade.

**Art. 25** – O COREN-SC fornecerá à Comissão Eleitoral a relação dos profissionais de Enfermagem da entidade que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e serem votados.

**Art. 26** – Os profissionais de Enfermagem deverão candidatar-se individualmente, **sem**

**formação de chapas**, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até 10 (dez) dias antes do pleito, apresentando um fiscal, se assim desejarem.

**Art. 27** – O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral, de comum acordo com a Gerência do Órgão de Enfermagem.

**Art. 28** – A eleição deverá ser realizada durante o horário de trabalho, respeitados os diferentes turnos.

**Art. 29** – A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for, no mínimo, a metade mais um, por nível profissional e com vínculo empregatício com a entidade.

**Parágrafo único:** Quando o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível profissional.

**Art. 30** – A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral, na presença dos fiscais, se houverem, ou de outros interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.

**Art. 31** – Somente serão computadas as cédulas sem rasuras e os votos que não apresentem dúvidas ou dupla interpretação.

**Art. 32** – Serão considerados eleitos, como membros efetivos, os candidatos que obtiverem o maior número de votos, por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

**Parágrafo único:** Em caso de empate, assumirá o candidato eleito que tiver maior tempo de contrato de trabalho na entidade.

**Art. 33** – Os candidatos que receberam votos, mas não foram eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser, também, relacionados por nível profissional na ata da eleição e constar da lista dos resultados das eleições a ser encaminhada ao COREN-SC.

**Parágrafo único:** Os candidatos indicados no caput deste artigo assumirão o mandato em caso de afastamento temporário, desistência ou destituição, segundo consta no Art. 16, Incisos II e III.

**Art. 34** – Todas as ocorrências referentes ao processo eleitoral serão registradas em ata, assinada pelo

Presidente, pelo Secretário, pelos demais membros da Comissão Eleitoral e pelos fiscais, se houverem.

**Parágrafo único:** O Presidente da Comissão Eleitoral encaminhará os resultados das eleições com a respectiva ata à Gerência do Órgão de Enfermagem, imediatamente após o término da apuração.

**Art. 35** – A Gerência do Órgão de Enfermagem proclamará os resultados das eleições através de edital interno, no primeiro dia útil após o seu recebimento.

**Art. 36** – Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues, por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados pela Gerência do Órgão de Enfermagem.

**Parágrafo primeiro:** O recurso será julgado pela Comissão Eleitoral no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

**Parágrafo segundo:** Caso necessário, o recurso terá como segunda instância a Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

**Art. 37** – A Gerência do Órgão de Enfermagem, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do pleito, encaminhará, ao COREN-SC, a lista nominal de todos os votados.

**Parágrafo único:** A listagem deverá informar:

**a)** o nome dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.

**b)** o nome dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.

**c)** o nome dos profissionais que receberam votos, seu nível formação e o número de inscrição no COREN-SC, que não farão parte no primeiro momento da CEEn, mas que poderão ser convocados em caso de afastamento temporário, vacância por desistência ou por destituição de membros empossados.

**Art. 38** – Somente após a homologação pelo Plenário do COREN-SC e a nomeação por Portaria emitida pelo seu Presidente, a CEEEn estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento.

## **CAPÍTULO V**

### **Das competências**

**Art. 39** – A CEEEn tem as seguintes competências:

- I** – Divulgar os objetivos da CEEEn.
- II** – Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.
- III** – Promover e/ou participar de reuniões, seminários ou atividades similares, que visem a interpretação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- IV** – Assessorar a Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade nas questões éticas.
- V** – Orientar a equipe de Enfermagem sobre o comportamento ético-profissional e sobre as implicações decorrentes de atitudes não éticas.
- VI** – Orientar clientes, familiares e demais interessados sobre questões éticas relativas ao exercício profissional da Enfermagem.
- VII** – Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais referentes à ética.
- VIII** – Apreçar e emitir parecer sobre questões éticas referentes à Enfermagem.
- IX** – Apreçar e emitir parecer sobre os aspectos éticos de projetos de ensino e de pesquisa da Enfermagem.
- X** – Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem.
- XI** – Averiguar:
  - a)** O exercício ético dos profissionais da Enfermagem.
  - b)** As condições oferecidas pela entidade e sua compatibilidade com o desempenho ético-profissional.
  - c)** A qualidade de atendimento dispensada à clientela pelos profissionais de Enfermagem.
- XII** – Averiguar denúncias, ou atitudes não éticas praticadas por profissionais de Enfermagem.
- XIII** – Comunicar, por escrito, ao COREN-SC, as irregularidades ou infrações éticas detectadas.
- XIV** – Encaminhar anualmente ao COREN-SC e à Gerência do Órgão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior até primeiro de março.
- XV** – Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do COREN-SC (CEC) em caso de necessidade.
- XVI** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do COREN-SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006.

**Art. 40** – Compete ao Coordenador da CEEEn:

- I** – Convocar e presidir as reuniões.
- II** – Propor a pauta da reunião.
- III** – Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação.

- IV** – Representar a CEEEn junto ao Órgão de Enfermagem da entidade.
- V** – Representar ou indicar representante, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEEEn.
- VI** – Encaminhar as decisões da CEEEn, segundo a indicação.
- VII** – Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 01 (um) de março de cada ano, à Gerência do Órgão de Enfermagem e à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).
- VIII** – Representar o COREN-SC em eventos, segundo a solicitação.

**IX** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético-profissional.

**Art. 41.** Compete ao Secretário da CEEEn:

**I** – Secretariar as reuniões da CEEEn, redigindo atas e documentos.

**II** – Providenciar a reprodução de documentos.

**III** – Encaminhar o expediente da CEEEn.

**IV** – Arquivar uma cópia de todos os documentos.

**V** – Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais.

**VI** – Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador.

**VII** – Representar a CEEEn nos impedimentos do Coordenador.

**VIII** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

**Art. 42** – Compete aos membros efetivos da CEEEn:

**I** – Comparecer e participar das reuniões.

**II** – Emitir parecer sobre as questões propostas.

**III** – Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovidas pela CEEEn ou por outras entidades.

**IV** – Representar a CEEEn quando solicitado pelo Coordenador.

**V** – Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEEEn.

**VI** – Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião.

**VII** – Participar da elaboração do planejamento e relatório anuais.

**VIII** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

**Art. 43** – Compete aos membros suplentes da CEEEn:

**I** – Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos.

**II** – Participar das reuniões da CEEEn.

**III** – Participar das atividades promovidas pela CEEEn.

**III** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das disposições gerais**

**Art. 44** – Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEEEn, da Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade ou da Comissão de Ética do CORENSC.

**Parágrafo único:** A alteração será submetida à aprovação da Assembléia da categoria da entidade e à homologação da Plenária do COREN-SC.

**Art. 45** – A Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade, garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEEEn.

**Art. 46** – Os casos omissos serão decididos pela Plenária do COREN-SC.

**Art. 47** – Este modelo de regimento interno entrou em vigor na data da publicação da Decisão COREN-SC/002 de 25, de janeiro de 2006.

**Criciúma, 25 de setembro de 2019**

#### **Comissão:**

Daniela Loch Gomes Coren/SC 249075

Patricia da Silva Rabelo Coren/SC 613039

Graziela Tereza Inácia Borges Coren/SC 495045

Sandro Citadin Rosso Coren/SC 464525

Manoela da Silva Bortoluzzi mattos Coren/SC 341783